

Para Onde Vai a NATO? Um Olhar a Partir de Lisboa

Pavel Petrovskiy

Embaixador da Federação da Rússia em Portugal

Alexey Dementiev

Ministro Conselheiro da Federação da Rússia em Portugal

Vladimir Dedushkin

Conselheiro da Embaixada da Federação da Rússia em Portugal

Resumo

O artigo analisa os mais recentes desenvolvimentos nas relações de segurança e defesa entre a Federação Russa e a NATO, apontando áreas de divergência e possíveis caminhos cooperativos com vista a mitigar o impacto negativo das primeiras na relação bilateral.

Abstract

Where does NATO Go? A Look from Lisbon

The article analyses recent developments concerning the security and defense relations between the Russian Federation and NATO, pointing out not only the areas of divergence but also some possible cooperative mechanisms capable of mitigating negative effects which may trouble the bilateral relationship.

Para onde vai a NATO? A esta pergunta têm tentado responder nos últimos tempos muitos analistas, politólogos e diplomatas estrangeiros e russos.

O ponto de partida inicial e comum a todos eles é o de que a Aliança do Atlântico Norte, fruto do final da Guerra Fria perdeu o seu adversário (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) e ficou numa encruzilhada conceptual.

Perante os condicionalismos de um mundo multipolar finalmente em desenvolvimento, o conceito de uma ordem internacional “NATO-cêntrica” implodiu. Pode-se falar sobre a NATO como uma base da segurança mundial assente num papel de “polícia mundial”, mas esta conceção já não convence ninguém, exceto, talvez, alguns dos membros da Aliança, fixados num atavismo do passado.

A Política Europeia de Segurança e Defesa, que se fundamenta na “doutrina de defesa” da União Europeia (UE), prevê o desenvolvimento e reforço de uma capacidade militar autónoma, fora da NATO.

No entanto, no calor dos debates políticos que ocorreram aquando de seminários académicos e políticos em Lisboa na véspera da Cimeira da NATO, realizada em Portugal, foram expressas várias dúvidas sobre a conveniência da existência da NATO enquanto tal. Surgiu uma necessidade urgente de conservar algum tipo de know-how, de capacidades e de potencial acumulado, especialmente nas condições draconianas de redução geral dos orçamentos militares dos países-membros da organização.

Em 2011 efetuou-se uma redução do pessoal militar da NATO entre 9 a 13 mil pessoas, bem como das estruturas de comando de onze para sete. A atenção quanto ao emprego de fundos financeiros mais limitados centrou-se nas capacidades logísticas, nos sistemas de comunicações e de reconhecimento, mas também na necessidade de encontrar pelo menos um inimigo hipotético ou potencial.

Não foi preciso procurar muito, pois a primeira década do século XXI justificou a criação desse inimigo. Na sequência dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a agenda da NATO transformou-se radicalmente, passando a contemplar a nova tipologia de desafios e ameaças: o terrorismo internacional, a proliferação de armas de destruição massiva, a pirataria, os ciberataques, o narcotráfico, e os desastres naturais. Tal tipologia de ameaças orientou a aprovação em Lisboa, em 20 de novembro de 2010, por parte dos líderes da NATO sob a “batuta” do seu Secretário-geral, Anders Fogh Rasmussen, do novo Conceito Estratégico.

No documento está claramente indicado, que “o conceito estratégico será um manual para a próxima fase de evolução da NATO a fim de continuar a ser eficaz contra as novas ameaças num mundo onde existem novas oportunidades e par-

ceiros.” As características dos novos desafios e ameaças foram refletidas no documento “Revisão Conjunta de Desafios Comuns de Segurança do século XXI”, aprovado na Cimeira do Conselho Rússia-NATO (NRC), realizada em paralelo com a Cimeira de Lisboa.

Entre as potenciais ameaças, ficou talvez uma por elencar: os conflitos regionais. Na verdade, o Novo Conceito Estratégico não os inclui na categoria de riscos diretos, no entanto, reserva o direito da Aliança em “regular” e até “evitar” a sua ocorrência, quer diretamente, quer “em interação com os outros atores internacionais”. Ao mesmo tempo a NATO é qualificada como uma estrutura que tem “um conjunto único e fiável de meios políticos e militares aptos à gestão de uma ampla gama de crises: antes, durante e após os conflitos”.

Neste contexto, não era possível entender esta tese de outra forma que não a aspiração da NATO em assumir o papel de liderança como organização única e eficaz no âmbito da resposta a crises.

Mas da teoria à prática vai uma distância e era altura de passar à prática. Os aliados tinham que ter garantias que o caminho escolhido era adequado e realista. Na vanguarda “de um processo gerador de novas ideias”, como sempre, estiveram os norte-americanos, que propuseram, nada mais, nada menos – “cobrir” todos os países da NATO com um “guarda-chuva” de defesa antimíssil (*Theater Missile Defense* – TMD), que iria protegê-los de potenciais ataques oriundos do Médio Oriente, especialmente do Irão.

Não há necessidade de filosofar para compreender que esta foi apenas uma desculpa. A ideia foi e é outra: unir os responsáveis da NATO no processo de implementação do primeiro projeto prático sob as novas condições de (in)segurança global, e que lhes permitirá obter um financiamento sólido e estabelecer, graças a um forte impulso cooperativo no âmbito das mais sofisticadas tecnologias, um inovador sistema de defesa regional. Para tal os Estados Unidos estabeleceram um “preço base” de arranque do sistema não muito alto: cerca de 200 milhões de euros. Resta-nos saber, como será a arquitetura de emprego e quais as capacidades efetivas deste TMD.

Para a Rússia, o arranque deste projeto reavivou o impacto ainda fresco na sua memória das primeiras medidas tomadas pela Administração de George W. Bush, no sentido de instalar na Polónia e na República Checa alguns elementos deste sistema de defesa antimíssil, a qual encontrou uma forte resistência da nossa parte, que o encarou como uma ameaça ao equilíbrio da estabilidade estratégica regional, tendo o *Kremlin* anunciando a sua intenção de se opor a tais planos através da instalação na região de Kalininegrado de mísseis táticos *Iskander*.

A nova Administração de Barack Obama efetuou um restart das relações com a Rússia. Contudo, não abandonou o sistema de defesa antimíssil, reformulando-o e negociando-o politicamente segundo um formato denominado de “abordagem

adaptada e por fases”, ao abrigo do qual a Casa Branca integrou o sistema europeu de defesa antimíssil com o *National Missile Defense* (NMD) dos EUA e o sistema de defesa antimíssil da Rússia, sob uma única e aparente entidade supervisora: a administração norte-americana.

Esta abordagem não foi propriamente nova pois negociações já haviam sido feitas anteriormente com a Rússia, mas os planos acima referidos do Presidente George W. Bush, conduziram a um impasse e ao congelamento das mesmas.

De acordo com esta nova “visão integradora” norte-americana, foi atribuído à Rússia o papel adicional de “fornecedor” de informação sobre o lançamento de mísseis de potenciais inimigos, mas sem ter o direito de poder ativar os seus interceptores. Esta nova proposta justificava-se com o alegado argumento de que era a própria Rússia que estava interessada em garantir a segurança europeia e em cooperar tecnologicamente com o Ocidente, pelo que desta vez não iria interferir, mas antes juntar-se, aos renovados planos americano-europeus. Para os países da NATO a este desiderato parecia que iria confirmar-se na Cimeira de Lisboa mas, vários problemas surgiram, seis meses antes da mesma.

O processo de diálogo esteve praticamente parado devido ao facto de a Rússia, durante quase um mês e meio – desde o início de setembro a meados de outubro de 2010 – não ter respondido ao convite endereçado por Anders Fogh Rasmussen ao Presidente russo, Dmitry Medvedev, no sentido de se realizar em paralelo com a Cimeira da NATO em Lisboa a reunião do Conselho Rússia-NATO (NRC), ocasião na qual seria formalizado o acordo para o estabelecimento de um sistema conjunto de defesa antimíssil.

Para a Rússia existiam justificações credíveis para tal atraso na resposta: só no caso de as condições de cooperação conjunta – oferecidas no âmbito dos novos programas da NATO – não contrariarem a nossa posição em termos de segurança una e indivisível e de não prejudicarem em nada os nossos interesses geopolíticos, é que a Rússia poderia concordar com a realização da reunião do Conselho Rússia-NATO. Para nós era de fundamental importância – tal como para os membros da Aliança que debatiam os termos de redação do texto do Novo Conceito Estratégico da NATO – a definição do mecanismo de parceria conjunta bem como se a atividade militar da NATO se enquadraria juridicamente na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para a Rússia não estava claro o seu papel no sistema de defesa antimíssil, bem como a sua função de “adjunto” e fornecedor de informações. Sabíamos que Portugal estava a favor de uma parceria ao nível estratégico entre a NATO e a Rússia, e que relativamente ao sistema antimíssil, Lisboa via a Rússia como um participante em plano de igualdade com os restantes membros da NATO. No entanto, esta perspetiva não era consensual. Em Bruxelas e noutras capitais europeias, incluindo Lisboa, tentaram convencer-nos a estarmos presentes, in-

dependentemente da inexistência de um acordo, mas esta argumentação não nos satisfazia. Era preciso compreender claramente se os Estados-membros da NATO estavam preparados para “reiniciarem realmente” as relações bilaterais num plano de igualdade. Concomitantemente, a Rússia só aceitou o convite formal da NATO quando todas estas questões foram devidamente esclarecidas e colocados os pontos nos “1”.

A participação da Rússia na Cimeira NRC de Lisboa, foi anunciada oficialmente pelo seu Presidente na Cimeira Rússia-Alemanha-França, em 18 de outubro de 2010 em Deauville (França), tendo tido uma importância fundamental para a NATO. Com a confirmação da sua presença, a Rússia deu “luz verde” ao início de uma nova etapa de cooperação qualitativa com a Aliança, uma etapa de acordo com o preceituado no Novo Conceito Estratégico.

Para os membros da NATO este passo foi também extremamente relevante, pois entenderam que qualquer dos planos da Aliança que afetassem a soberania e a segurança da Rússia estariam antecipadamente condenados ao fracasso.

Na Cimeira de Lisboa o Presidente Medvedev apresentou a nossa visão sobre o sistema europeu de defesa antimíssil, a qual foi classificada como uma “abordagem sectorial”. A Rússia concordou em considerar as propostas ocidentais sobre a defesa antimíssil, as quais passavam por adquirir uma eficácia mínima mas sempre com a nossa participação. Como resultado, na Declaração da Rússia-NATO destaca-se, que as partes concordam em trabalhar tendo em vista a prossecução deste objetivo e de acordo com o seguinte cronograma:

- O NRC realizará uma avaliação conjunta das ameaças de mísseis balísticos;
- O NRC renova a cooperação na defesa antimíssil de teatro de operações;
- O NRC encarrega-se de elaborar uma análise geral conjunta dos futuros esforços de cooperação no âmbito da defesa antimíssil; e
- Estes pressupostos serão (e foram) debatidos na reunião de Ministros da Defesa dos países-membros do NRC, em junho de 2011.

Em suma, no nosso entender, tem que se falar sobre um sistema de defesa antimíssil que terá de ter uma gestão equilibrada e não parecer uma tentativa de “amarrar” a Rússia aos referidos planos americanos de uma “abordagem gradual e adaptada” e com um papel de mero “adjunto”.

Em resultado da Cimeira de Lisboa a parceria Rússia-NATO foi caracterizada como estratégica. No texto do Novo Conceito Estratégico surgem formulações de sentido único: “a cooperação da NATO e da Rússia tem uma importância estratégica” e “nós queremos uma verdadeira parceria estratégica entre NATO e a Rússia”. No projeto de “Declaração Conjunta do Conselho NATO-Rússia”, que foi preparado e aprovado na Cimeira, foram incorporadas disposições sobre o facto de estar a começar “uma nova etapa de cooperação que conduz a uma verdadeira parceria estratégica”, tendo sido reconhecido que “a segurança de todos os países

na comunidade euro-atlântica é indivisível” e que “a segurança da NATO e da Rússia está interligada”.

Os mais céticos poderão dizer que nos documentos se refere apenas a perspectiva de uma parceria estratégica e que esta não existe na contemporaneidade; mas também não é nenhum segredo, que a nossa cooperação com a NATO não tem sido fácil de se classificar efetivamente como estratégica, como atesta a questão da instalação de um sistema de defesa antimíssil na Europa.

A confirmação deste facto é a contínua incapacidade do NRC – “por culpa de um Estado” – em condenar retroativamente a agressão georgiana à Ossétia do Sul. Assim, o termo “estratégica” no que concerne a esta parceria, só se pode ser utilizado com verbos expressos na forma futura.¹

Na declaração conjunta do NRC foi fixado mais um preceito de fundamental importância: que “os Estados-membros do NRC se abstenham de ameaçar ou de usar a força uns contra os outros, bem como contra qualquer outro Estado, que atentem contra a sua soberania, integridade territorial e independência política de qualquer forma e incompatível com a Carta da ONU”.

O Novo Conceito Estratégico também realça, que “a Aliança está firmemente empenhada na prossecução dos objetivos e princípios da Carta da ONU e do Tratado de Washington... e que confirma a principal responsabilidade do Conselho de Segurança na salvaguarda da paz e segurança internacionais”.

Ante tais obrigações, é interessante notar que, retrospectivamente, as operações militares da NATO não autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU, como por exemplo o bombardeamento de Belgrado, contrariam o Novo Conceito Estratégico. É importante relevar este ponto pois está diretamente relacionado com as potenciais ameaças oriundas do Médio Oriente e a possibilidade de emprego da força contra o Irão, no contexto de desenvolvimento do seu programa nuclear.

Tal situação não é desejável e poderá vulnerabilizar a cooperação Rússia-NATO que tem vindo a ser desenvolvida e aprofundada em áreas tão sensíveis como o Afeganistão.

Atolados em anos de guerra neste país, suportando um cada vez um maior número de baixas, os países aliados começaram a debater as virtudes de uma política de “afeganização” que prevê a transferência gradual das funções de segurança

1 A propósito, e sobre o seu principal parceiro estratégico da NATO – a União Europeia – o Conceito Estratégico também alberga o presente do indicativo, ao referir que “para uma parceria estratégica entre NATO e a UE é necessária a plena participação [desta última] nos esforços para combater as ameaças à segurança comum”. É óbvio que a UE também tem reservas inexploradas quanto ao estatuto estratégico desta parceria.

interna para o governo afegão em Cabul, bem como a retirada gradual do contingente da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF).

A execução desta estratégia, apesar de ser apoiada pela comunidade internacional em duas conferências sobre o Afeganistão (28 de janeiro de 2010 em Londres e em 20 de julho do mesmo ano em Cabul) vai exigir grandes esforços nos próximos dois anos. É necessário não só preparar as forças de segurança afegãs, alcançar uma reconciliação nacional, mas também eliminar o narcotráfico responsável pelo abastecimento de mais de 70% da heroína vendida no mercado europeu.

A Rússia tem reiterado a sua disponibilidade ante os membros da NATO para colaborar com vista a uma desejável resolução deste problema, propondo a cooperação entre os dois lados da fronteira, via NATO e Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), a qual tem efetuado com sucesso uma série de operações específicas de combate ao narcotráfico nas zonas fronteiriças do Afeganistão.

A razoabilidade e mais-valia da nossa posição cooperativa é agora mais evidente, e mais vale reconhecê-lo tarde do que nunca. Dentro da NATO está-se a formar a ideia de que sem a Rússia o problema de tráfico ilegal de drogas não se resolve. No final de outubro de 2010 a Rússia e os EUA, em colaboração com ISAF e as forças afegãs, realizaram a sua primeira operação conjunta de destruição de quatro laboratórios de droga no território afegão com a apreensão de 932 kg de heroína.

Continuamos a colaborar na iniciativa de estabelecimento de zonas de combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais com os países vizinhos do Afeganistão, efetuando operações de interceção de droga transportada e um maior controlo de movimento transfronteiriço dos fluxos financeiros que podem ser obtidos com a venda ilegal dos opiáceos.

Se juntarmos a estas ações a nossa contribuição para o controlo e fiscalização do trânsito de mercadorias militares e civis, fica absolutamente claro que a nossa colaboração nos assuntos afegãos é imprescindível para a NATO.

Torna-se óbvio que quanto mais intensa for a nossa cooperação mais eficazes serão as ações da ISAF e mais forte será a posição do governo afegão em Cabul, e por inerência, melhores as perspetivas de acordo nacional, numa fase em que nos aproximamos do objetivo de transferência de poderes e responsabilidades no âmbito de segurança para as autoridades afegãs e uma subsequente retirada das tropas da Coligação até 2014.

Estes são alguns dos objetivos previstos no Acordo sobre a parceria entre o Afeganistão e a NATO, assinado na Cimeira de Lisboa, onde foi ainda aprovado um Acordo adicional entre a Rússia e a NATO sobre o controlo do tráfego ferroviário de mercadorias e um Acordo de expansão do projeto do NRC sobre a formação e treino por parte da Rússia de recursos humanos para o combate ao narcotráfico,

incluindo neste projeto países vizinhos do Afeganistão, como o Paquistão, o Cazaquistão, a Quirguízia, o Tadjiquistão, o Turquemenistão e o Uzbequistão. Além disso, foi ainda decidido estabelecer em 2011 um fundo especial do NRC para a formação e treino de técnicos afegãos responsáveis pela manutenção de helicópteros russos ao serviço das forças armadas afegãs.

Em resultado de todas estas decisões aprovadas em Lisboa, a NATO recebeu aquilo que tanto procurou: “uma segunda vida”. Mas uma nova lógica carecia de resposta a uma nova pergunta: qual o novo caminho que a NATO irá percorrer?

Gostassem os membros da NATO ou não, sem a nossa boa vontade e considerável flexibilidade diplomática, a referida “segunda vida” da Aliança, na verdade, poderia não ter sido concretizada. A Cimeira de Lisboa confirmou o facto, de que sem a Rússia, a NATO não é capaz de resolver os grandes problemas de segurança internacional, como por exemplo, o sistema de defesa antimíssil, nem de lidar eficazmente com as novas ameaças e desafios, nomeadamente o tráfico de drogas no Afeganistão. Por outras palavras, a cadeia de componentes que formam o interesse incondicional da cooperação da NATO com a Rússia pode-se facilmente prolongar, se o entendermos como um verdadeiro objetivo.

No entanto, seria uma ilusão pensar que depois das Cimeiras da NATO e do NRC à Aliança não resta outra hipótese senão “entrelaçar as suas mãos” com as da Rússia, sem quaisquer atritos ou conflitos, concentrando-se nas novas ameaças e desafios. Ainda que Lisboa tenha dado um impulso ao movimento da Organização nessa direção, através da preparação de um “mecanismo de lançamento”, as contradições dentro da NATO no que concerne à relação com a Rússia, infelizmente não vão desaparecer.

De facto, existe um pequeno grupo de países dos novos Estados-membros que continua obstinadamente a travar a aproximação da NATO à Rússia, pelo que falta clareza na resposta a duas questões-chave: como se vão estabelecer as ligações no âmbito da parceria conjunta e até que níveis de confiança poderemos chegar a curto prazo?

Sem respostas extremamente precisas a estas perguntas, a confiança expressa no Novo Conceito Estratégico da NATO pode tornar-se numa ficção, e os novos princípios e objetivos ficarão somente pelas boas intenções.

Da parte da Rússia foi proposta uma solução mutuamente aceitável que permitiria garantir um nível de confiança desejável. O Presidente Medvedev ainda em junho de 2008 avançou com uma iniciativa com vista à assinatura de um Tratado de Segurança Europeia (EST). Em dezembro de 2009 foi entregue aos Chefes de Estado e de Governo dos países interessados um documento oficial com este nosso projeto. O racional modelador da iniciativa russa baseou-se na aceitação juridicamente obrigatória da cadeia de princípios enformadores dos documentos básicos de constituição do NRC e da OSCE.

Antes de tudo, baseia-se na ratificação de um conceito de segurança uno, identitário e indivisível, através da aceitação de garantias de segurança quanto à preservação e respeito da soberania de cada um dos Estados signatários.

Em termos práticos, aos potenciais participantes do Tratado foi proposto instituir um mecanismo de consultas rápidas em situações de crise entre países e organizações que atuam no âmbito de segurança entre Vancouver e Vladivostok (NATO, UE, OSCE, CIS e CSTO).

Embora muitos membros da NATO, incluindo Portugal, tenham recebido o conceito de EST de uma forma positiva, não foi possível chegar à assinatura deste documento, em grande parte porque a formulação do EST tornou-se numa forma de discussão académica do tipo Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, englobando uma série de áreas de *soft security* (economia, direitos humanos, culturas e religiões, alterações climáticas, etc.), sem se focalizar na problemática da *hard security* – área na qual o EST pretendia ter uma intervenção e ação diretas.

Em resultado, e como plataforma principal de discussão ficou o chamado “Processo de Corfu” que deu origem a uma reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da OSCE em junho de 2009, na ilha grega de Corfu. O balanço desta reunião demonstrou que os colegas da NATO ainda vão precisar de algum tempo para entender a essência do EST e perceber que ele não visa minar o preceituado no artigo 5.º do Tratado de Washington sobre segurança e defesa coletiva da NATO. Também não visa separar os EUA da Europa, nem, de modo nenhum, o restabelecimento da posição da Rússia como superpotência, como pensam alguns politólogos. Visa sim, transformar o espaço geográfico entre Vancouver e Vladivostok numa região de confiança e estabilidade, verdadeiramente genuínas.

Infelizmente, os documentos aprovados na Cimeira de Lisboa, bem como a evolução do diálogo entre as partes não revelaram mudanças significativas na perceção do EST por parte dos países da Aliança, apesar de esta nossa iniciativa incentivar a NATO a mover-se na única direção lógica e certa: a da aproximação à Rússia.

Testemunho desta polémica foram as discussões tidas nas vésperas da Cimeira de Lisboa sobre a natureza e a qualificação da parceria com a Rússia, onde existiram propostas com vista a diferenciar os parceiros entre estratégicos e “normais”. Para alguns o parceiro estratégico natural era a União Europeia pelo facto de 21 dos Estados-membros da UE serem a maioria dos 28 membros da NATO e de existir uma partilha de valores comuns e de objetivos entre as duas organizações.

Outros acreditavam, que a UE e a NATO, em geral, são quase um único organismo, no qual os recursos fluem numa lógica de “vasos comunicantes”. Outros ainda, e ao contrário, questionavam abertamente a possibilidade de construir

uma cooperação militar eficaz entre a UE e a NATO. Além do mais, houve quem indicasse como potenciais parceiros estratégicos da NATO não só a Rússia mas também a Índia, a China e o Brasil. Houve também tentativas de colocar a importância da Rússia para NATO em oposição à dos três países em cima referidos.

Nos diversos seminários académicos realizados em Lisboa, expressou-se ainda a opinião da conveniência da entrada da Rússia na NATO, o que, dizem, seria uma resposta adequada do Ocidente ao EST e automaticamente dava uma força juridicamente vinculativa ao princípio de indivisibilidade da segurança.

No entanto, a maioria dos analistas ainda se inclina para uma abordagem mais realista, indicando a ausência de argumentação convincente para tal formulação institucional e cooperativa. Em particular, alegam, que não há interesse na integração da Rússia nem por parte desta nem dos atuais membros da NATO, porque não gostariam de ter na Aliança um destacado “número dois” logo após os EUA: o “primeiro entre iguais”.

Debates académicos à parte, a posição russa foi definida pelo Presidente Medvedev na sua conferência de imprensa em Lisboa, ao declarar que, atualmente, não vê como previsível a entrada da Rússia na NATO, ainda que tenha reconhecido que nada é imutável, não excluindo um aprofundamento da cooperação bilateral.

Como afirmou “o facto de atualmente as nossas relações serem mais próximas, mais transparentes e mais previsíveis, não leva à conclusão que o seu potencial cooperativo está esgotado, e que a aproximação das nossas posições não vai continuar”.

Se olharmos para o futuro podemos afirmar com alguma certeza que dentro da NATO vai-se reforçar a compreensão da necessidade de reforço das relações com a Rússia. O ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, afirmou que “o entendimento mútuo entre a NATO e a Rússia é muito importante num período de alta tensão geopolítica que o mundo vai enfrentar nos próximos anos”.

A melhor opção para o reforço da construção das nossas relações é uma parceria mais profunda, a qual obteve um novo impulso na Cimeira do NRC em Lisboa. O princípio básico destas relações só pode ser o da “segurança indivisível”, ainda que este possa no imediato vir a ser formalmente aceite pela NATO.

Reconhecemos que existem muitos obstáculos na relação bilateral e é um erro supor que em 2011 a área mais complicada e tensa deste relacionamento foi apenas a relativa instalação de um sistema de defesa antimíssil na Europa.

A Rússia desde cedo fez várias propostas em relação à criação deste sistema junto da NATO, no sentido de preservar um princípio essencial: a não criação de novas linhas de divisão na Europa. O continente necessita de um perímetro único da segurança com a participação russa num plano de igualdade de direitos jurídicos. Infelizmente os EUA e outros parceiros de NATO não manifestaram uma

disponibilidade séria em avançarem nesta direção. Mais ainda, o programa de sistema antimíssil na Europa começou a ser implementado a um ritmo acelerado sem ter em consideração a nossa posição. Alguns elementos deste sistema antimíssil já estão a ser instalados na Polónia, Turquia, Roménia, Espanha. Deste modo a Rússia foi posta perante um fato consumado.

Tal atitude em relação à Rússia não podia deixar de despertar a nossa veemente crítica obrigando à tomada de medidas de carácter reativo que foram expostas no discurso do Presidente Dmitry Medvedev aos cidadãos da Rússia no dia 22 de novembro de 2011. Entre essas medidas contam-se:

- Colocar em funcionamento na cidade de Kaliningrado o novo radar do sistema de aviso sobre o ataque de mísseis;
- Reforçar a defesa das nossas forças nucleares estratégicas;
- Equipar os mísseis estratégicos russos com sistemas de orientação e de precisão de maior eficácia; e
- Instalar um conjunto de mísseis “Iskander” na região especial de Kaliningrado.

Ao mesmo tempo, como foi sublinhado na intervenção de Dmitry Medvedev, “nós não fechamos as portas nem à continuação do diálogo com os EUA e a NATO sobre as questões da defesa antimíssil, nem à cooperação prática neste âmbito”.

No entanto persistem desacordos e poucos são os pontos em comum, pois as declarações de Lisboa sobre esta questão não são mais do que meras intenções. Segundo o nosso Presidente, “os próprios europeus ainda têm que descobrir, qual é o seu lugar, qual o conceito final do sistema de defesa europeu antimíssil, especialmente depois de ele ser concluído, supomos nós, até 2020. Sabemos qual é o nosso lugar, e, obviamente, partimos do facto que a nossa participação deve ser absolutamente equitativa”.

Outra área de discussão e desacordo resulta das negociações entre a Rússia e os países da NATO sobre o Tratado de Forças Convencionais na Europa (CFE), tendo em conta que o restabelecimento de regimes viáveis de controlo de armas convencionais é baseado em medidas mútuas de confiança, que exigem uma escrupulosa coordenação. São necessários compromissos concretos da NATO em relação à descrição de áreas e teatros de operações militares, não colocando forças de combate no território dos novos Estados-membros.

Em geral, se verificássemos progressos nas discussões sobre o sistema de defesa antimíssil e sobre o Tratado CFE tal seria um indicador real da vontade dos colegas da NATO em criarem uma parceria verdadeiramente estratégica, tal como o exarado no seu Novo Conceito Estratégico.

Concluindo, atualmente não é fácil responder de uma forma simples e tácita à questão “para onde vai a NATO?”. Não há dúvidas, que nos próximos dez anos a Aliança vai tentar ocupar uma posição incontornável na estrutura de liderança

mundial, no âmbito de segurança internacional, no plano nuclear, no combate às novas ameaças e na gestão de crises.

Não está muito claro como, ante estas novas envolventes sistémicas, vai funcionar na prática o artigo 5.º do Tratado de Washington sobre Segurança e Defesa Coletiva, bem como o artigo 4.º na parte relativa às consultas não só com os aliados mas também com parceiros, algo previsto pelo Novo Conceito Estratégico. Esta menor clareza dá que pensar.

Por outro lado, é um facto indiscutível, que sem a interação com a Rússia não há alternativa à implementação do Conceito Estratégico de Lisboa na parte relativa às novas ameaças e desafios. Tal “empurra” a NATO na nossa direção e num sentido de um maior aprofundamento das relações de parceria.

Em que formato e em que momento é que elas começarão a ganhar força? Chegarão a um nível de cooperação fiável e desejável? Ou teremos mais um recuo por qualquer ordem de razões subjetivas, como já aconteceu várias vezes no passado?

É melhor não tentar vaticinar. Em qualquer caso, e repetindo a ideia do Presidente Medvedev, podemos dizer, com certeza, que a dimensão e o nível de interação dos membros do NRC vai depender em grande medida da evolução da NATO. As oportunidades para uma aproximação são evidentes e perdê-las seria um erro imperdoável.